

Leis de trânsito farão parte da grade escolar

Marcella Oliveira

Estudantes das redes pública e particular de ensino dependerão apenas das aulas práticas para obter a carteira de habilitação de motorista, ao concluir o Ensino Médio. Convênio firmado ontem entre o Departamento de Trânsito (Detran-DF), Secretaria de Educação e o Sindicato dos Estabelecimentos de Particulares de Ensino prevê que, durante os três anos curso, as leis de trânsito e a teoria sobre direção defensiva serão temas das aulas de matemática, português e física, o que pré-habilitará o jovem a tirar sua carteira de motorista.

A idéia é que nos três anos, os alunos tenham 90 horas/aula de trânsito, para que, ao final do Ensino Médio, saibam as teorias para dirigir. O assunto não será uma disciplina à parte, mas inserido nas aulas do dia-a-dia. Uma redação, por exemplo, poderá ter como tema a legislação de trânsito. As aulas de física poderão calcular distâncias percorridas por carros.

— Ao levar a educação no trânsito para dentro da escola, faremos com que o trânsito seja mais civilizado e humanizado, que o jovem aprenda deste o início o respeito ao pedestre, ao ciclista e aos outros motoristas — disse o governador José Roberto Arruda (DEM).

A partir de agosto, o Detran capacitará os professores da rede pública e particular, para que estejam preparados, a partir do ano que vem, a inserir o assunto nas salas de aula.

— O Detran vai formar o professor, treinar de maneira que leve a educação de trânsito de forma transversal ao currículo escolar. Teremos motoristas mais responsáveis e atuaremos em uma faixa etária em que os acidentes são mais violentos e com morte, que é dos 19 aos 28

Acordo entre Detran e as escolas visa educar os jovens para a uma cultura de paz no trânsito

anos — disse o diretor do Detran, Délio Cardoso.

De acordo com a presidente do Sinepe, Amábele Pacios, as escolas particulares pretendem criar uma disciplina específica de educação no trânsito, acham que é mais eficiente para o aprendizado dos alunos. Amábele acredita que com esse convênio, a relação com o GDF será mais aberta e facilitará mudanças curriculares como essas, que dependem da aprovação da Secretaria de Educação.

— Queremos fugir daquela coisa pontual que é feita no momento de tirar a carteira de habilitação, queremos que ele se eduque para a paz no trânsito — afirmou Amábele.

Segundo Délio Cardoso, as escolas particulares têm liberdade para criar uma disciplina, mas ele acredita que as leis de trânsito inseridas de modo sub-liminar é mais eficiente.

— O aluno trata essa matéria como opcional e queremos que seja de maneira natural, sem que ele perceba. Acreditamos mais na transversalidade, essa maneira de levar de forma lúdica, que a disciplina seja recheada de experiências no trânsito. O adolescente não vai perceber, mas será educado para um trânsito mais seguro — acredita Cardoso.

Arruda lembrou que desde o início do ano, o Detran colocou 46 novas barreiras eletrônicas e, com isso, reduziu em 9% a arrecadação com multas. A medida fez com que o número de mortes em acidentes de trânsito reduzisse 11,1% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado.

— O pardal estava ali só para multar não para fazer educação no trânsito. Era uma mão invisível que entrava no bolso do motorista e não ensinava nada — disse o governador.

ROBERTO RODRIGUES/GDF



Na assinatura do acordo, Arruda lembrou que os pardais existiam para multar e não para educar